

**PENSANDO AS IMAGENS DE CONTROLE PELAS PERSPECTIVAS DE
DOCENTES NEGRAS**

**THINKING ABOUT CONTROL IMAGES FROM THE PERSPECTIVES OF
BLACK TEACHERS**

**PENSAR EN LAS IMÁGENES DE CONTROL DESDE LA PERSPECTIVA DE
LOS PROFESORES NEGROS**

**RÉFLEXION SUR LES IMAGES DE CONTRÔLE DU POINT DE VUE DES
ENSEIGNANTS NOIRS**

Danielle Cristina dos Santos Pereira

Bacharela em Design, UFMA; Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Maranhão, Brasil.

dcs.pereira@ufma.br

<https://orcid.org/0009-0005-0868-8393>

Raimunda Nonata da Silva Machado

Doutora em Educação (UFPI); Docente Curso de Pedagogia/UFMA, Maranhão, Brasil.

raimunda.nsm@ufma.br

<https://orcid.org/0000-0001-7754-8128>

Recebido em: 10/12/2023

Aceito para publicação: 02/08/2024

Resumo

Este estudo ressalta o protagonismo negro na luta por uma educação digna, destacando a trajetória de professoras negras na educação superior. Parte dos conceitos de imagem de controle (Collins, 2019), representação (HALL, 2016) e Afrocentricidade (Nascimento, 2020) com o objetivo de analisar a produção de imagens emancipatórias e afrocentradas, no contexto das representações de mulheres negras, como estratégias de (re)existências às imagens de controle, tendo em vista, dentre outros fenômenos sociais, os seus efeitos nas vivências de docentes universitárias negras. Caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa com uso de levantamento bibliográfico e faz uso de um aporte teórico que prioriza produções de intelectuais negros e negras. Tem como universo de estudo o Catálogo de Teses e Dissertações do Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), garimpando e analisando as produções que foram realizadas após a promulgação da Lei Federal nº 12.990, de 9 de junho de 2014, que integra o conjunto de ações afirmativas inerentes à inserção de negras/os nos serviços públicos federais. Os resultados mostraram que a trajetória acadêmica de professoras negras é atravessada por intersecções de opressões e suas estratégias de resistência são refletidas em suas produções intelectuais e em seus fazeres docentes, demonstrando a relevância do referido dispositivo legal. Conclui-se que essas mulheres criam aquilombamentos

acadêmicos que fortalecem os diálogos e a luta por políticas públicas endereçadas ao enfrentamento das desigualdades sociais e raciais dentro e fora do ensino superior.

Palavras-chave: Professora negra, Educação superior, Imagens de controle, Representação.

Abstract

This study highlights black protagonism in the fight for dignified education, highlighting the trajectory of black teachers in higher education. It starts from the concepts of image of control (COLLINS, 2019), representation (HALL, 2016) and Afrocentricity (NASCIMENTO, 2020) with the aim of analyzing the production of emancipatory and Afro-centered images, in the context of representations of black women, as strategies of (re)existence of images of control, considering, among other social phenomena, their effects on the experiences of black university professors. It is characterized as research with a qualitative approach using a bibliographical survey and makes use of a theoretical contribution that prioritizes productions by black intellectuals. Its study universe is the Catalog of Theses and Dissertations of the Portal of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), mining and analyzing the productions that were carried out after the promulgation of Federal Law No. 12,990, of June 9, 2014, which integrates the set of affirmative actions inherent to the inclusion of black people in federal public services. The results showed that the academic trajectory of black teachers is crossed by intersections of oppression and their resistance strategies are reflected in their intellectual productions and in their teaching activities, demonstrating the relevance of the aforementioned legal provision. It is concluded that these women create academic “aquilombamentos” that strengthen dialogues and the fight for public policies aimed at confronting social and racial inequalities within and outside higher education.

Keywords: Black teacher, Higher education, Images of control, Representation.

Resumen

Este estudio destaca el protagonismo negro en la lucha por una educación digna, destacando la trayectoria de los docentes negros en la educación superior. Se parte de los conceptos de imagen de control (COLLINS, 2019), representación (HALL, 2016) y afrocentricidad (NASCIMENTO, 2020) con el objetivo de analizar la producción de imágenes emancipadoras y afrocéntricas, en el contexto de las representaciones de las personas negras. mujeres, como estrategias de (re)existencia de imágenes de control, considerando, entre otros fenómenos sociales, sus efectos en las experiencias de profesores universitarios negros. Se caracteriza por ser una investigación con enfoque cualitativo mediante un levantamiento bibliográfico y hace uso de un aporte teórico que prioriza las producciones de intelectuales negros. Su universo de estudio es el Catálogo de Tesis y Disertaciones del Portal de la Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior (CAPES), extrayendo y analizando las producciones que se realizaron luego de la promulgación de la Ley Federal N° 12.990, de 9 de junio de 2014, que integra el conjunto de acciones afirmativas inherentes a la inclusión de las personas negras en los servicios públicos federales. Los resultados mostraron que la trayectoria académica de los docentes negros está atravesada por intersecciones de opresión y sus estrategias de resistencia se reflejan en sus producciones intelectuales y en sus actividades docentes, demostrando la relevancia de la disposición legal antes mencionada. Se concluye que estas mujeres generan “aquilombamentos” académicos que fortalecen los diálogos y la lucha por políticas públicas orientadas a enfrentar las desigualdades sociales y raciales dentro y fuera de la educación superior.

Palabras clave: Docente negro, Educación superior, Imágenes de control, Representación

Résumé

Cette étude met en lumière le rôle central des Noirs dans la lutte pour une éducation digne, en mettant en lumière la trajectoire des enseignants noirs dans l'enseignement supérieur. Elle part des

concepts d'image de contrôle (COLLINS, 2019), de représentation (HALL, 2016) et d'Afrocentricité (NASCIMENTO, 2020) dans le but d'analyser la production d'images émancipatrices et afro-centrées, dans le contexte des représentations des noirs. les femmes, comme stratégies de (ré)existence d'images de contrôle, en considérant, entre autres phénomènes sociaux, leurs effets sur les expériences des professeurs d'université noirs. Elle se caractérise comme une recherche avec une approche qualitative utilisant une enquête bibliographique et fait appel à un apport théorique qui privilégie les productions d'intellectuels noirs. Son univers d'étude est le Catalogue des Thèses et Mémoires du Portail de la Coordination pour le Perfectionnement du Personnel de l'Enseignement Supérieur (CAPES), qui exploite et analyse les productions qui ont été réalisées après la promulgation de la loi fédérale n° 12.990 du 9 juin. 2014, qui intègre l'ensemble des actions positives inhérentes à l'inclusion des personnes noires dans les services publics fédéraux. Les résultats ont montré que le parcours académique des enseignants noirs est traversé par des intersections d'oppression et que leurs stratégies de résistance se reflètent dans leurs productions intellectuelles et dans leurs activités d'enseignement, démontrant la pertinence de la disposition légale susmentionnée. On conclut que ces femmes créent des "aquilombamentos" académiques qui renforcent les dialogues et la lutte pour des politiques publiques visant à faire face aux inégalités sociales et raciales au sein et en dehors de l'enseignement supérieur.

Mots-clés: Enseignant noir, Enseignement supérieur, Images de contrôle, Représentation.

Introdução

O termo representação é geralmente utilizado como sinônimo de exposição ou materialização de algo real ou imaginário que surge em nossas mentes. O ato de representar é um processo tão comum que muitas vezes não paramos para refletir que influências contribuem na materialização dessas representações, ou porque determinadas coisas são representadas de determinadas maneiras. Representar é tentar determinar algo a partir de uma perspectiva, e neste estudo utilizamos a abordagem da afrocentricidade para colocar a mulher negra no centro desse processo como "agentes autoconscientes" (Mazama, 2020, p.111) capazes de criarem representações de si mesmas que confrontam as imagens de controle produzidas para oprimi-las.

Uma concepção importante sobre representação, trazida por estudiosos construtivistas, diz respeito aos significados que damos às coisas. Segundo essa linha de pensamento, esses significados não estão nas "coisas", eles são criados e reproduzidos a partir de um complexo processo de internalização de signos e conceitos estabelecidos social e culturalmente (Hall, 2016).

Seguindo esta linha de raciocínio, um dos conceitos de representação trazidos por Hall (2016, p.31) a define como "uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura". A representação seria a ferramenta utilizada para compreender o mundo e dar sentido às coisas que estão nele. Assim, segundo Hall (2016) o ato de representar é parte de um complexo processo de significação que é construído a partir de convenções socioculturais e sem que necessariamente tenha alguma relação com a realidade.

Ainda de acordo com o autor, o processo de representação pode ser dividido, para fins didáticos, em dois sistemas que ocorrem de forma indissociável: o sistema de representação mental e o sistema linguístico. O sistema de representação mental corresponde aos conceitos

que se tem das ‘coisas’. Esses conceitos são agrupados de diferentes maneiras, em mapas mentais, que possibilitam, ao indivíduo, classificar os elementos que o cercam, a comunicação ocorre a partir do compartilhamento desses mapas entre pessoas que interpretam o mundo de forma semelhante, pessoas pertencentes à mesma cultura.

A linguagem é parte fundamental nesse processo, pois é através dela que os mapas podem ser decifrados e ganham sentido. Ressalta-se que o conceito de linguagem defendido por Hall (2016, p.37) é bastante amplo, equivalente a “qualquer som, palavra, imagem ou objeto que funcionem como signos, que sejam capazes de carregar e expressar sentido e que estejam organizados com outros em um sistema”.

Nessa percepção sobre linguagem, o autor traz a diferenciação entre dois tipos de signos: os Indexicais (signos falados ou escritos) e os Icônicos (signos visuais). Os signos indexicais não apresentam nenhuma semelhança direta com o que se referem. Enquanto os signos visuais “carregam, em suas formas, certa semelhança com o objeto, pessoa ou evento ao qual fazem referência” (Hall, 2016, p.40).

As reflexões desta pesquisa estão direcionadas para as representações visuais, (compostas por signos visuais) uma prática de representação que há séculos faz parte da comunicação humana. Frisamos que, para Hall (2016), embora os signos possam ter alguma relação de semelhanças com as coisas reais, eles não podem ser confundidos com elas, por isso, a teoria construtivista da representação classifica os signos como arbitrários e afirma que “não existe nenhuma relação natural entre o signo e seu sentido ou conceito” (Hall, 2016, p.52). Isso reforça que representações são interpretações da realidade e o que o contexto social e cultural têm grande impacto em suas produções.

Quando massivamente compartilhada, uma interpretação da realidade pode ganhar *status* de verdade absoluta. Então, precisamos destacar que a criação de representações também é oportuna para a criação de estereótipos e preconceitos em relação ao que difere de um determinado sistema cultural. Nesse sentido, Hall afirma que:

O ponto importante é que os estereótipos referem-se tanto ao que é imaginado, fantasiado, quanto ao que é percebido como “real”, e as reproduções visuais das práticas de representação são apenas metade da história. A outra metade - o significado mais profundo- encontra-se no que não está sendo dito, mas está sendo fantasiado, o que está implícito, mas não pode ser mostrado (Hall, 2016, p.200).

Entendemos assim que os danos causados pelos estereótipos, via a criação de representações visuais, contribuem na formação do imaginário coletivo impactando na forma como determinados corpos são socialmente percebidos, a exemplo dos corpos negros.

Pensando os estereótipos a partir do conceito de *Imagens de controle*, Patrícia Hill Collins, no livro *Pensamento feminista negro* (2019), explica como ideologias racistas e sexistas ultrapassam as dimensões simbólicas e criam padrões comportamentais que buscam limitar as possibilidades de experiências das pessoas. Em relação às imagens de controle de mulheres negras, elas se originam de preconceitos que foram gerados desde o primeiro contato dos europeus com o continente africano, e permaneceram sendo reforçados, a tal ponto, que fazem parte do imaginário coletivo e tentam moldar o comportamento e as vivências dessas mulheres.

Voltando-nos para a sociedade brasileira a romantização do processo de miscigenação e o mito da democracia racial também foram ferramentas eficientes na manutenção da mentalidade racista e sexista após o fim do regime escravista. Como consequência, têm-se representações que reforçam estereótipos nos quais “as mulheres negras são socialmente desvalorizadas em todos os níveis, inclusive esteticamente” (Carneiro, 1995, p.547).

Ao mesmo tempo, notamos que há um constante e crescente movimento de enfrentamento a essas imagens de controle, neste sentido, os movimentos organizados de mulheres negras têm buscando formas de ressignificar as imagens estereotipadas atribuídas a elas, mostrando que suas vivências englobam uma extensa gama de experiências exitosas. Como afirma Collins (2019, p.135) “Desafiar essas imagens de controle é um dos temas principais do pensamento feminista negro”.

Entendemos que ressignificar a imagem da mulher negra é uma forma de enfrentamento e resistência ao sistema opressor no qual vivemos, e essa experiência torna-se ainda mais desafiadora quando o enfrentamento é feito mediante a ocupação de lugares com privilégio social e que historicamente são redutos de pessoas brancas, como, por exemplo, a função de docente universitária, pois, tal como destacam Machado e Almeida (2021, p.13): “as mulheres pretas e pardas com doutorado, que formam o grupo das afrodescendentes, não chegam a 3% do total de docentes” nas universidades brasileiras.

Metodologicamente, este estudo possui uma abordagem qualitativa, com uso de levantamento bibliográfico e aporte teórico afrocentrado. Prioriza intelectuais negros e negras, discutindo os conceitos de representação e imagens de controle pelas perspectivas de Hall (2016) e Collins (2019), respectivamente. O objetivo é analisar a produção de imagens emancipatórias e afrocentradas, no contexto das representações de mulheres negras, como estratégias de (re)existências às imagens de controle, tendo em vista, dentre outros fenômenos sociais, os seus efeitos nas vivências de docentes universitárias negras.

O lugar escolhido, para este estudo, foi o Catálogo de Teses e Dissertações do Portal da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) onde selecionamos produções que demarcam a trajetória acadêmica de professoras negras universitárias, cujas pesquisas foram realizadas após a promulgação da Lei Federal nº 12.990, de 9 de junho de 2014, que estabelece:

reserva a candidatos negros e negras de 20% das vagas concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União (Brasil, 2014, N.P).

O resultado da análise das teses e dissertações mostrou que a trajetória de professoras negras universitárias é marcada por estratégias de resistência que buscam a transgressão de hegemonias intelectuais e o empoderamento de saberes marginalizados articulando-os com conhecimentos científicos. A postura de enfrentamento, a luta pela democratização de conhecimento e a busca por percursos teóricos e metodológicos questionadores reafirmam a posição de agência dessas professoras.

Dessa forma, consideramos que as discussões sobre a representação da mulher negra e sua intelectualidade precisam ser potencializadas para que se sobressaíam as suas estratégias de

(re)existência como provedoras e difusoras de abordagens próprias e afrocentradas na produção de conhecimentos.

Refletindo sobre representação e imagem de controle de mulheres negras

Ao propor uma reflexão crítica acerca da representação de mulheres negras através de imagens de controle, enveredamos, também, por uma perspectiva de estruturação social; considerando que a criação e a manipulação dessas imagens devem ser entendidas a partir de suas relações políticas, históricas, econômicas, filosóficas, socioculturais, ou seja, é relevante tecer discussões sobre como essas imagens impactam e criam obstáculos às experiências de mulheres negras em diferentes dimensões socioculturais, utilizadas como sistemas de opressão, tais como: as relações raciais, de gênero, sexualidade e classe social, dentre outras.

As imagens, ao criarem perfis estereotipados, que objetificam e desumanizam mulheres negras, buscam justificar e naturalizar as diversas formas de opressão às quais essas mulheres são submetidas. Ao mesmo tempo, em que retiram, desse grupo social, a autonomia de contarem as suas próprias histórias. Para Bueno (2019):

As imagens de controle são a justificativa ideológica que sustenta a continuidade dos sistemas de dominação racistas e sexistas que buscam manter as mulheres negras em situação de injustiça social. [...] Ao retratar as mulheres negras através de estereótipos que as desumanizam, os grupos dominantes estabelecem uma miríade de justificativas que buscam perpetuar as inequidades sociais e violências que eles impõem às mulheres negras em todo o globo (Bueno, 2019, p.73).

Salientamos que essas imagens são criadas pela ideologia branca ocidental eurocêntrica e manipuladas de acordo com os seus interesses. São massivamente propagadas ao ponto de que a pobreza (não só a econômica, mas também, a pobreza de afetividade e solidariedade) e a criminalidade passam a ser vistas socialmente como inerentes a determinados grupos. Mazama (2020) afirma que a identidade europeia foi construída às custas da supervalorização dos ideais europeus sobre os valores africanos. Collins (2019) descreve quatro imagens de controle de mulheres negras na sociedade norte-americana: a *mammy*, a matriarca, a mãe dependente do Estado e a gostosa. Este estudo se concentra nas duas primeiras imagens definidas por Collins (*mammy* e castradora), pelo fato delas estarem mais diretamente relacionadas às opressões e aos julgamentos que as mulheres negras enfrentam diante de suas posturas profissionais.

A *mammy* é a imagem de controle relacionado à subordinação, seu objetivo é persuadir mulheres negras em suas relações pessoais e profissionais, relacionando-as às características que, pela visão do opressor, seriam inerentes a elas como: obediência, afetuosidade e servilismo. Sobre isso, Collins (2019) argumenta que, na sociedade estadunidense, a imagem da *mammy* foi:

Criada para justificar a exploração econômica das escravas domésticas e mantida para explicar o confinamento das mulheres negras ao serviço doméstico, a imagem

da mammy representa o padrão normativo usado para avaliar o comportamento das mulheres negras em geral (Collins, 2019, p.140).

No Brasil, a imagem da *mammy* foi articulada, desde o início do século XIX, como uma forma de ocultar as violências incutidas na exploração do trabalho de mulheres negras escravizadas” e “[...] está centralizada na lógica da aceitação da subordinação” (Bueno, 2019, p.83-84). Com a abolição da escravidão, a *mammy* permaneceu representada na figura da empregada doméstica. Segundo dados do IBGE (2022) 92% das pessoas em trabalho doméstico remunerado são mulheres e destas 61% são mulheres negras, ressaltando que essa pesquisa não considera o número de empregados domésticos informais. E, lembremos ainda, que até 2015, essa categoria de empregados sequer tinha os seus direitos trabalhistas igualados aos demais trabalhadores urbanos e rurais.

A imagem da *mammy* também serve como estratégia de enclausuramento de mulheres negras em cargos hierarquicamente inferiores, pois, o racismo e a constante associação dessas mulheres unicamente ao trabalho doméstico fazem com que elas dificilmente ocupem cargos de liderança nas instituições. O estudo Mulheres Negras na Liderança 2023 realizado pela 99jobs.com, em parceria com o Pacto Global da ONU, no Brasil, mostrou que 95% das mulheres negras entrevistadas sentem que o mercado tem preconceito em colocar mulheres negras em posição de liderança.

Essa pesquisa demonstrou ainda que 60% das entrevistadas eram as únicas mulheres negras, na empresa, a ocuparem cargos de liderança, tornando evidente o racismo estrutural e o machismo institucional como principais obstáculos enfrentados por essas mulheres para chegarem a seus cargos, 56% e 46% respectivamente.

Assim, pode-se dizer que a imagem da *mammy* no mercado de trabalho contribui para a lógica racista do capitalismo ocidental. Collins (2019) afirma que:

Empregar mulheres negras em trabalhos mamificados corrobora a superioridade racial dos empregadores brancos, estimulando as mulheres brancas de classe média, em particular, a se identificarem com o privilégio racial e de classe proporcionado por seus pais, maridos e filhos (Collins, 2019, p.142).

Ressaltamos que, embora tenhamos dado enfoque às questões profissionais e de mercado de trabalho, as imagens de controle ultrapassam questões mercadológicas e profissionais e se articulam com todas as áreas da sociedade. Collins (2019) chama a atenção para o impacto da internalização da imagem de controle da *mammy* por mulheres negras como fator facilitador da manutenção da estrutura social opressora:

A imagem da mammy é fundamental em opressões interseccionais de raça, gênero, sexualidade e classe. Em relação a opressão de raça, imagens de controle como a mammy visam influenciar o comportamento materno das mulheres negras. As mães negras, como membros de famílias afro-americanas que estão mais familiarizados com as habilidades necessárias para adaptação dos negros, são incentivadas a transmitir aos filhos o tipo de deferência que costumam ser obrigadas a demonstrar no trabalho mamificado. Ao ensinar às crianças negras seu lugar nas estruturas brancas de poder, as mulheres negras que internalizam a

imagem da mammy podem se tornar canais efetivos de perpetuação da opressão de raça. (Collins, 2019, p.141).

Salientamos que Hall (2019) defende que representações podem ser ressignificadas e Collins acredita na dinamicidade das imagens de controle. Assim, mulheres negras podem, também, utilizar a imagem da mammy como uma estratégia de resistência e sobrevivência. Como exemplo, temos empregadas domésticas mulheres que até podem interpretar *mammies* em seus locais de trabalho, mas, fora desses ambientes, buscam romper com a trajetória de trabalho doméstico na família, seja investindo em sua própria educação e/ou qualificação profissional ou na de seus filhos e filhas.

Além disso, Collins (2019, p.144) destaca que “a imagem da *mammy* por si só não é capaz de controlar o comportamento das mulheres negras”. Assim, em oposição à mammy (mãe negra e afetuosa) surge a imagem de controle da matriarca (mãe negra má). A matriarca é na maioria das vezes a chefe de família e, geralmente, mãe solo. Nessa imagem, a autonomia e a independência da mulher negra são colocadas como algo negativo, antifeminino. Ou seja, tudo o que contraria a visão tradicional do que é ser mulher.

O interessante é que o próprio conceito de “mulher” na sociedade ocidental capitalista nunca foi utilizado da mesma forma para caracterizar as diferentes formas de ser mulher (brancas, negras, indígenas, LGBTQIAPN+)¹. Em 1851, na Convenção dos Direitos da Mulher, em Ohio, a ativista pelos direitos das mulheres e dos negros, Sojourner Truth (1797-1883), indagou:

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (Sojourner, 1851, apud Ribeiro, 2016, p. 100).

Os questionamentos de Sojourner refletem sobre os estereótipos de raça e de gênero do período escravagista, que encontraram coro na sociedade pós-escravidão, e que contribuíram para a criação de um imaginário coletivo racista que atribui, às mulheres negras, entre outros estereótipos, o da “mulher forte”, ou seja, física e emocionalmente capaz de suportar todos os tipos de dores e abusos.

Na base desses estereótipos está o pensamento binário que usa a diferença para classificar elementos em pares extremamente opostos, por exemplo: masculino/feminino; branco(a)/preto(a); sujeito/objeto; bom/mau. Para cada um desses pólos são atribuídas

¹ Sigla utilizada para se referir às pessoas das mais diversas orientações sexuais e identidades de gênero.

características positivas ou negativas. De acordo com Collins (2019, p.137) “A objetificação é fundamental para esse processo de diferenças formadas por oposição. No pensamento binário, um elemento é objetificado como o outro é visto como um objeto a ser manipulado e controlado”. Nesse sentido, Kilomba (2019) explica como ocorre o processo de outrificação para mulheres negras, considerando que estamos imersas em sociedade estruturalmente patriarcal e racista:

Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca si mesma. [...] Mulheres brancas tem um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o “outro” do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função de o “outro” do outro (Kilomba, 2019, p.24).

Ainda, por essa perspectiva, quando fazemos um recorte para a interseção de gênero e raça, as mulheres negras e mulheres brancas ocupam os extremos opostos do conceito de feminilidade. As distinções ficam evidentes e, atributos como sensibilidade, beleza, necessidade de cuidado e proteção são comumente atribuídos às mulheres brancas e tudo o que se opõe a isso é relacionado às mulheres negras. Nessa lógica binária, a imagem da matriarca cria, no imaginário coletivo, a ideia de que mulheres negras são egocêntricas, agressivas, raivosas, logo, não são merecedoras de afetividade e/ou empatia. Argumento utilizado com frequência, dentre outros, para justificar o abandono por partes dos seus companheiros.

Como essa imagem é geralmente atribuída a chefes de família, ao assumirem o papel de provedoras (tradicionalmente ocupado por homens), as mulheres negras deixariam de cumprir a função de cuidadoras, a consequência disso seria a desconfiguração da instituição familiar tradicional. Além disso, a imagem da matriarca negra foi criada para culpabilizar mulheres negras pelas mazelas sofridas pela população negra. O excesso de tempo dedicado ao trabalho e o desleixo com a criação dos filhos fariam com que os filhos e filhas dessas mulheres teriam mais probabilidade de ter um baixo rendimento escolar e de se envolverem em problemas com a justiça, uma vez que, essas mães não se dedicam tempo suficiente à educação dos filhos (Collins, 2019).

Essa imagem da matriarca negra é utilizada também para justificar a coerção do Estado, contra a população negra já que as “mães não cumpriram seus papéis de educadoras e não vigiaram devidamente o comportamento de seus filhos, resta a eles a criminalidade, a qual é corrigida pelo Estado a partir de punições penais” (Bueno, 2019, p. 88). De outro modo, também funciona como um aviso às mulheres que buscam romper com o ciclo de submissão. Para Collins (2019) essa imagem:

[...] serve como um símbolo forte, tanto para mulheres negras como para as brancas, do que pode dar errado se o poder patriarcal for desafiado. As mulheres agressivas e assertivas são punidas – abandonadas pelos parceiros, acabam na pobreza e são estigmatizadas como não femininas (Collins, 2019, p.148).

As imagens de controle são propositalmente criadas com a finalidade de limitar a existência de mulheres negras através da destruição de sua autoconfiança. O relatório do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico (DEESE), de 2023, mostrou que o Brasil possui 12,7 milhões de famílias monoparentais com filhos, 87% delas são chefiadas por mulheres, e destas 62% chefiadas por mulheres negras. As famílias chefiadas por mulheres negras receberam as menores rendas per capita no intervalo de tempo analisado pelo estudo. E a taxa de desemprego sempre é maior entre as chefes de família negras.

A internalização dessas imagens é nociva às estratégias de sobrevivência das mulheres negras, pois elas impedem que se compreenda o complexo sistema de opressão que está camuflado por esses dados. Por isso, as intelectuais negras defendem que a autodefinição e a autovalorização também são estratégias de resistência negra. As mulheres negras precisam ser mostradas a partir de suas próprias percepções, como protagonistas/agentes de suas histórias e mostrando suas infinitas possibilidades de vivências, incluindo suas conquistas exitosas. O empoderamento coletivo de mulheres negras é a mola propulsora para que elas ocupem locais de decisão e possam efetivamente colocar suas pautas no centro das discussões políticas.

Visibilizando protagonismos: um breve histórico sobre a população negra e a educação no Brasil

Toda imagem carrega consigo alguma intenção, ou seja, quem produz uma imagem a produz com algum objetivo e a partir de alguma cultura. No caso das imagens de controle, o objetivo sempre é oprimir e ao mesmo tempo justificar a prática de violência contra algum grupo. Mas é importante ressaltar que sempre houve e haverá o confronto dessas imagens. É nesse contexto de tensões, confronto e negociações, que esta pesquisa analisa a trajetória de mulheres negras como professoras universitárias, destacando as suas estratégias de resistência e enfrentamento, bem como as complexas relações de poder presentes na educação superior, pois como destaca Kilomba (2019, p.50) “o centro acadêmico, não é um local neutro. Ele é um espaço branco onde o privilégio de fala tem sido negado a pessoas negras”.

Historicamente, o acesso a espaços educacionais foi negado à população negra, nesse processo destacamos duas ferramentas importantes de segregação: o epistemicídio e a proibição de escolarização, ambas baseadas no racismo científico que rejeita a capacidade intelectual e a humanidade de pessoas negras.

O epistemicídio se configura como uma forma de intervenção social orquestrada pelo Norte global (Europa e América do Norte) que orienta todo um conjunto de práticas de aniquilação e/ou subalternização de conhecimentos científicos e filosóficos de vários povos, (Santos; Meneses, 2009). Assim, o entendimento de ciência e de conhecimento científico ficaram limitados às concepções ocidentais europeias e norte americanas.

Segundo Kilomba (2019, p.50) os “conceitos de conhecimento, erudição e ciência estão intrinsecamente ligados ao poder e à autoridade racial”. A partir dessa afirmação podemos pensar quais os tipos de conhecimentos podem adentrar no ambiente educacional e quem, e

partindo de quais critérios, definem o que fica de fora desse ambiente. Esse filtro também excluiu vários corpos do processo educacional.

No Brasil, o processo educacional é historicamente segregador e alienante. No século XVI, a educação jesuítica era implementada partindo da lógica de divisão social. Havia um tipo de educação destinada à elite e outro aos indígenas, este último tipo estava totalmente voltado para a opressão e o aculturamento. Em 1837, a Lei nº 1, de 14 de janeiro, proibia o acesso à educação aos escravizados e às pessoas negras e africanas que eram equiparados a pessoas com doenças contagiosas. E mesmo com a Abolição da escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889) a escolarização da população foi sistematicamente impedida por mais de quatro séculos. Não é difícil imaginar o impacto que essas medidas causaram na vida das pessoas negras. De acordo com Romão (2005):

Na (re)leitura das reformas educacionais dos séculos XIX e XX, deduz-se que a população negra teve presença sistematicamente negada na escola: a universalização ao acesso e a gratuidade escolar legitimaram uma “aparente” democratização, porém, na realidade, negaram condições objetivas e materiais que facultassem aos negros recém-egressos do cativeiro e seus descendentes um projeto educacional, seja este universal ou específico (Romão, 2005, p.71).

Mesmo durante o duro regime de escravização, a população negra reconhecia a importância de ter acesso à educação, isso justifica a alfabetização de alguns escravizados. As hipóteses para o surgimento desse pequeno grupo de escravos alfabetizados variam desde educação informal ao suposto lucro com a venda de escravizados escolarizados. Segundo Romão (2005), ainda que de forma precária, a população negra estava organizada com estratégias engenhosas para obter algum tipo de educação, o autor afirma que:

Passando pelo plano da resistência cultural, assumiam fidelidade às religiões africanas, aprendiam a ler, escrever e calcular - prova desta resistência é a constatação histórica de um número considerável de pretos e pardos alfabetizados e multilingües, falando um idioma europeu do seu senhor estrangeiro além do português e uma ou mais línguas africanas, incluindo as línguas vernaculares (Romão, 2005, p.71).

Não é possível, neste artigo, trazer um longo histórico do processo de escolarização da população negra no Brasil. Contudo, é relevante ressaltar que a mobilização de pessoas negras, de forma coletiva ou individual, contribuiu para a implementação de muitas das mudanças políticas que tornaram o processo de escolarização mais democrático no país, a por exemplo, da Emenda Constitucional 059/2009, que alterou o artigo 208 da Constituição Federal/1988, determinando a obrigatoriedade e gratuidade da educação básica obrigatória dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurando também oferta gratuita para todos os que não tiveram acesso na idade própria. Também, é fundamental, o inciso XLII, do artigo 5, da Constituição Federal de 1988 que classifica o racismo como crime imprescritível e inafiançável.

Outras importantes conquistas do movimento negro podemos citar: a Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 (Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes

e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.); a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (instituiu o Estatuto da Igualdade Racial); a Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências e a Lei 12.990 de 09 de junho de 2014 (Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União). É importante salientar que essas leis, bem como outras medidas reparatórias, encontraram muitas resistências políticas e sociais para que fossem implementadas. E mesmo após serem implementadas ainda enfrentam artimanhas racistas das instituições.

No caso da docência no ensino superior, muitos concorrentes são boicotados ainda no processo de seleção, unicamente pelo fato de serem negros/as, as estratégias ficam mais evidentes no contato pessoal durante a fase de entrevista. Assim, é mantido um baixo efetivo de professores negros e negros nas universidades, o que tem contribuído para a manutenção das posições de privilégios branco no campo intelectual (Euclides, 2017).

Notamos que, a educação é uma pauta que sempre esteve presente nas reivindicações do Movimento Negro. Para Gomes (2011):

Os ativistas do Movimento Negro reconhecem que a educação não é a solução de todos os males, porém ocupa lugar importante nos processos de produção de conhecimento sobre si e sobre “os outros”, contribui na formação de quadros intelectuais e políticos e é constantemente usada pelo mercado de trabalho como critério de seleção de uns e exclusão de outros (Gomes, 2011, p.111).

A educação pública e gratuita é, constitucionalmente, garantida no Brasil. Contraditoriamente, tem se mostrado como uma possibilidade de ascensão social muito utilizada pelas classes sociais em situação de opressão, mas, ainda assim, é necessário ressaltar alguns pontos importantes para esta discussão. Primeiramente, nem toda a população tem acesso a uma educação de qualidade; e quanto maior o nível de escolaridade, a educação ainda tem cor neste país.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), de 2022, a taxa de analfabetismo entre pessoas de quinze anos ou mais é maior entre pessoas negras quando comparadas com pessoas brancas. Essa taxa também eleva significativamente quando a faixa etária é aumentada (Tabela 1):

Tabela 1 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais.

Faixa etária	Cor ou raça	
	Preta ou parda	Branca

15 anos ou mais	7,4	3,4
18 anos ou mais	7,8	3,6
25 anos ou mais	9,1	4,0
40 anos ou mais	13,5	5,6
60 anos ou mais	23,3	9,3

Fonte: Adaptado de PNAD Contínua Anual (IBGE, 2022)

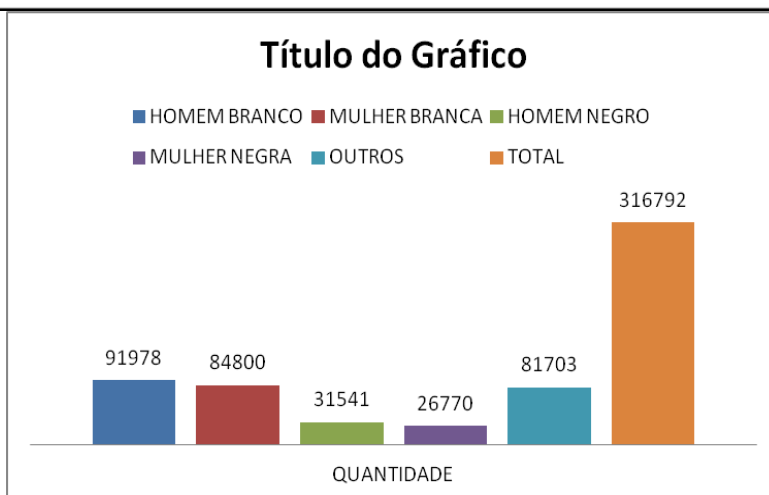
O segundo ponto, refere-se ao fato de que embora o nível de escolaridade seja importante, não é um fator determinante para a diferença no nível de ocupação entre brancos e negros, uma vez que, o mercado de trabalho brasileiro fundamenta-se na lógica do racismo estrutural que orienta a segregação racial praticada pelas instituições.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2021, pessoas negras com mesmo nível de instrução recebiam remuneração, por rendimento-hora, menor que pessoas brancas, foi encontrada a diferença de 7,5% entre as remunerações. Da mesma forma, a taxa de desocupação, por cor ou raça, segundo os níveis de instrução, é maior entre a população negra (15,9%) quando comparada com a população branca (11,1%). Como consequência, tem-se a concentração majoritária da população negra em setores com menores remunerações, por exemplo, na agropecuária as pessoas negras representam 60,7% dos trabalhadores, na Construção 64,1% e nos Serviços domésticos 65,3% (IBGE, 2021).

Todos esses fatores contribuem na criação das imagens de controle, mediante a naturalização de pessoas negras em posições de subalternidade. Por isso, neste estudo, utilizamos a articulação entre raça, gênero e classe social para refletirmos sobre a condição de que a mulher negra ocupar um lugar de prestígio social, pode ser uma ferramenta de enfrentamento das narrativas, provenientes das imagens de controle e previamente construídas para encarcerá-las em lugares subalternizados na lógica moderna colonial.

O último Censo da Educação Superior, realizado em 2022, mostrou que as pessoas brancas são maioria na docência da educação superior, sendo que o perfil masculino e branco é o predominante. As mulheres negras representam apenas 8,4% (26.770, sendo 3.511 pretas e 23.259 pardas), aproximadamente, do total de 316.792 mil docentes em exercício no país (Brasil, 2022).

Gráfico 1 - Docentes universitários em exercício no Brasil.



Fonte: Brasil (2022).

Além disso, vimos na pesquisa sobre Mulheres Negras na Liderança mostrou que o setor educacional e áreas sociais são os que menos possuem mulheres negras atuando em cargo de chefia, 6%. (DEESE, 2023).

Por esses resultados, compreendemos que colocar em evidência a imagem de professoras universitárias negras na produção das ciências e tecnologias, rompe com o imaginário coletivo de subalternização das mulheres negras ao mesmo tempo em que serve de estratégia de emancipação coletiva e de re(existência). Nessa perspectiva, buscamos por produção de **imagens emancipatórias e afrocentradas** nas vivências de docentes universitárias negras, como estratégias de (re)existências às **imagens de controle**, como veremos a seguir.

Professora e negra: estratégias de re(existência) e enfrentamento no ensino superior

Assim sendo, realizamos um estudo de abordagem qualitativa, com uso de levantamento bibliográfico, a partir do Catálogo de Teses e Dissertações do Portal da CAPES. A pesquisa foi feita com palavras-chave que buscaram identificar o maior número possível de estudos relacionados com a trajetória de professoras negras no ensino superior, as palavras foram organizadas em grupos para três tentativas: “professora afrodescendente ensino superior”, “docente negra ensino superior” e “professora negra ensino superior”, que geraram respectivamente: 18 (dezoito), 84 (oitenta e quatro) e 119 (cento e dezenove) resultados). Em seguida, aplicamos o filtro por data em cada grupo de publicação selecionando apenas os estudos realizados após o ano de 2014, ano de promulgação da lei 12.990/2014. Seguimos com a leitura dos resumos das pesquisas, mapeando os estudos que tratassem da experiência e das estratégias de resistência de docentes negras no ensino superior. Excluímos também os estudos que não possuíam resumo disponíveis na plataforma. Após a definição desses critérios de exclusão e inclusão, retiramos os artigos em duplicidade e consideramos as pesquisas que incluíam professores negros universitários em seu *corpus*, no entanto, focamos apenas nos dados que diziam respeito às docentes negras. Dezoito estudos foram selecionados, sendo treze dissertações de mestrado e cinco teses de doutoramento (Quadro 1).

Quadro 1- Estudos selecionados para análise (2017 a 2023) (continua)

Título do trabalho	Tipo	Autor(a)	Orientador(a)	Ano da defesa
Mulheres negras, doutoras, teóricas e professoras universitárias: desafios e conquistas	Tese	Maria Simone Euclides	Profa. Dra. Joselina da Silva	2017
Vivências e Experiências de Professores/as Negros/as no Ensino Superior	Dissertação	Marisleila Julia Silva	Raimundo Márcio Mota de Castro	2018
Racismo e sexismo: mulheres na docência do ensino superior em Monte Claros (1998 – 2015)	Dissertação	Patrícia Fernanda Heliodoro dos Santos	Filomena Luciene Cordeiro Reis	2018
Minha professora é “Black”! O corpo como suporte no processo de construção identitária nas experiências formativas de professoras do ensino superior	Dissertação	Micheline Fernandes de Lima Sousa	Delcele Mascarenhas Queiroz	2019
Trajetória profissional de mulheres negras docentes na Universidade de Brasília (UnB)	Dissertação	Erika Costa Silva	Lourdes Maria Bandeira	2019
Análise do discurso dos professores negros da UEMS	Dissertação	Ovidio da Conceição Batista Junior	Marlon Leal Rodrigues	2020
Interseccionalidade de gênero e raça na docência do ensino superior: representatividade, visibilidade e resistência	Dissertação	Cristiane Barbosa Soares	Fabiane Ferreira da Silva	2020

Quadro 1- Estudos selecionados para análise (2017 a 2023) (continua)

Título do trabalho	Tipo	Autor(a)	Orientador(a)	Ano da defesa
Docências negras no ensino superior: o caso da Universidade federal de Pelotas	Dissertação	Taina Melo Silveira	Madalena Klein	2020
Outros saberes, outra docência: professores(as) negros(as) e a emergência da impedância pedagógica no contexto das ações afirmativas	Dissertação	Bruno Henrique de Paula	Rodrigo Ednilson de Jesus	2020
Professoras universitárias negras de língua inglesa do Brasil e o letramento racial crítico: práticas subversivas em narrativas autobiográficas	Dissertação	Luara Rodrigues Real	Aparecida de Jesus Ferreira	2022
Feminismo negro acadêmico: resistência e práticas insurgentes nas trajetórias de professoras negras universitárias	Tese	Wellington Pereira Santos	Angela Lucia Silva Figueiredo	2022
Professoras Negras e suas Autorias: Um Estudo sobre a Produção Acadêmica de Doutoradas Negras Atuantes em Universidades Públicas do Sul do Rio Grande do Sul	Tese	Elida Regina Nobre Rodrigues	Edla Eggert	2022

Quadro 1- Estudos selecionados para análise (2017 a 2023) (conclusão)

Título do trabalho	Tipo	Autor(a)	Orientador(a)	Ano da defesa
Trajetórias acadêmicas de docentes negras da Universidade Federal Fluminense	Tese	Gyme Gessyka Pereira dos Santos	Iolanda de Oliveira	2022
Inscrições corporais negras e universidade: produção de sentidos e docência no Centro de Formação de Professores da UFRB - Amargosa-BA	Tese	Carlos Adriano da Silva Oliveira	Maria Cecília de Paula Silva	2022
Relações étnico-raciais na Universidade Estadual de Santa Cruz- UESC: trajetórias e ações docentes	Dissertação	João José dos Santos	Cristiane Batista da Silva Santos	2022
Vozes que importam: mulheres negras na docência universitária	Dissertação	Camila Santos Pereira	Fernando Altair Pocahy	2022
Nós, VOZ, elas: Mulheres professoras narrando suas vivências de desigualdade de gênero e raça no curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão - UFMA	Dissertação	Ana Carla de Melo Almeida	Raimunda Nonata da Silva Machado	2022
Percursos dentro da história: uma análise dos itinerários de quatro professore(a)s negros no ensino superior/RS (1983 – 2023)	Dissertação	José Adriano Custódio Ferreira	Doris Bittencourt Almeida	2023

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A etapa seguinte, envolveu a leitura da seção “resultados” das pesquisas, focando na trajetória das docentes apresentadas nos estudos e em identificar as estratégias de (re)existência que são descritas por elas. Para isso, foi preciso consultar a versão completa dos trabalhos, algumas versões estavam disponíveis para acesso na plataforma da CAPES e outras foram disponibilizadas nos acervos dos programas de pós-graduação das Universidades. Paralelamente a essas informações, também realizamos um levantamento sobre as abordagens metodológicas utilizadas nas pesquisas, os seus locais de produção, identificando os Programas de Pós-Graduação a que estavam vinculados e o ano de publicação de cada produção. A seguir, apresentamos as principais reflexões.

De forma geral, as produções estão bem distribuídas com pesquisas realizadas por Programas de Pós-Graduação de praticamente todas as regiões do país (nordeste (5), centro-oeste (3), Sul (6), sudeste (4)), não foram encontrados estudos realizados por programas da região norte. Em relação ao ano de produção, a maioria das produções ocorreu no ano de 2022 (tabela 2)

Tabela 2: Produções distribuídas por ano

Ano	2017	2018	2019	2020	2022	2023
Nº de produções	1	2	2	4	8	1
Total	18 produções					

Fonte: Elaborada pelas autoras.

A abordagem qualitativa predominou em todos os estudos analisados, apenas SANTOS (2022) utilizou a abordagem qualitativa e quantitativa em sua pesquisa. As técnicas de coleta de dados mais utilizadas foram: questionário, entrevista semiestruturada, entrevista narrativa e análise curricular feita através da Plataforma Lattes. Observamos que os interesses dos pesquisadores não se limitaram à vida acadêmica e profissional das professoras coparticipantes nas pesquisas. Eles se expandiram para o conhecimento das biografias, percepções e interações em diversos contextos para além da academia, assim, entendemos que a abordagem qualitativa tenha prevalecido e permitiu captar a subjetividade da experiência de ser professora universitária e negra.

De forma geral, percebemos que a baixa representatividade de professores negros na educação superior tem sido a mola propulsora para a realização das pesquisas. Essa inquietação parte, principalmente de discentes negros e negras, que não se veem representado no corpo docente (em sua maioria branca e masculina) das instituições, e têm utilizado seus trabalhos de conclusão de cursos (TCCs) como forma de gerar provocações e discussões aprofundadas sobre as opressões de gênero e de raça que ainda se configuram no ensino superior no Brasil, como no caso das pesquisas de: Euclides (2017); Silva (2019); Sousa (2019); Soares (2020); Silveira (2020); Rodrigues (2022); Santos, J. (2022); Santos (2022); Pereira (2022); Ferreira (2023). A produção de trabalhos acadêmicos insurgentes tem importância significativa na visibilização e potencialização de discussões sobre pautas que questionam a ordem vigente nas instituições e na sociedade como um todo incentivando movimentos de ruptura e reestruturação na academia.

A leitura crítica das pesquisas evidenciou que a presença de uma mulher negra na função de professora universitária causa rupturas nas imagens de controle pensadas para essas mulheres; essa transgressão, à ordem patriarcal e racista, provoca estranhamentos que trazem peculiaridades à experiência de docentes negras. Identificamos pontos em comum nos resultados dos estudos, dentre eles, podemos citar: as opressões raciais e de gênero; a produção intelectual voltada para a conscientização do pertencimento racial, com a utilização de epistemologias e metodologias contra-hegemônicas; e a construção de grupos de resistência e enfrentamento no espaço universitário.

A leitura crítica das pesquisas evidenciou que a presença de uma mulher negra na função de professora universitária causa rupturas nas imagens de controle pensadas para essas mulheres; essa transgressão, à ordem patriarcal e racista, provoca estranhamentos que trazem peculiaridades à experiência de docentes negras. Identificamos pontos em comum nos resultados dos estudos, dentre eles, podemos citar: as opressões raciais e de gênero; a produção intelectual voltada para a conscientização do pertencimento racial, com a utilização de epistemologias e metodologias contra-hegemônicas; e a construção de grupos de resistência e enfrentamento no espaço universitário.

Os estudos apontam que o racismo estrutural é uma barreira inclusive para o ingresso na carreira docente, que muitas vezes ocorre de forma tardia. Para Euclides (2017) nas etapas de análise de currículos e entrevistas podem prevalecer critérios subjetivos que beneficiam determinados perfis de profissionais e “[...] pode, portanto, tratar-se de um jogo simbólico plenamente arquitetado, como forma de beneficiar alguns pares e desmerecer outros.

(Euclides, 2017, p. 30). Corroborando com esse pensamento Sousa (2019) afirma que “Nosso corpo fala e é capturado pelo olhar do outro, antes mesmo da nossa enunciação verbal, independentemente da nossa situação financeira e dos títulos que carregamos”. (Sousa, 2019, p.108)

Após assumirem seus cargos, os enfrentamentos continuam, observamos que os relatos mais comuns são de racismo velados que se manifestam de forma recreativa e institucional. Como os observados na pesquisa de Real (2022) em que uma professora narra os comentários feitos por colegas de trabalho sobre a forma como ela se veste:

Vejo o meu modo de me vestir como resistência. Às vezes, as pessoas vêm me dizer: ‘Ah, tá toda de baiana.’, e eu respondo: ‘Baiana, não! Isso aqui tem nome, isso aqui é um turbante, continuo sendo maranhense!’. A gente vê aquele racismo bem recreativo que se você não corta, se espalha como erva daninha (Real, 2022, p.105).

As tensões também ocorrem através do silenciamento de vozes, como é relatado no estudo de Silva (2019) em que uma professora narra ocorrido em uma reunião na universidade onde trabalha:

Tinham cinco coordenadores daqui. Eu era a única mulher. E eu era a única negra. E eu fui a única que eu não falei na reunião porque eu não conseguia tomar a palavra. [...] E eles não me deixavam falar. E eu saí muito brava. [...] Mas assim, eu acho que as pessoas, elas não percebem que elas fazem isso. Como eu já vi também

muitos colegas que me atropelam querendo falar por mim. Como seu eu não tivesse voz (Silva, 2019, p.73).

Ainda no estudo de Silva (2019) são trazidos relatos de docentes negras que sentem que as situações de racismo se tornam mais comuns quando elas disputam ou assumem cargos de chefia, como o caso da coordenadora de curso que não é reconhecida como tal; ou o das barreiras institucionais colocadas para que uma professora negra não concorresse ao cargo de diretora de centro.

Por outro lado, algumas narrativas mostraram que há professoras negras que acreditam que as barreiras sociais estão mais relacionadas com a questão de gênero ou à questão da classe social. Entendemos que essa negação do racismo também pode ser uma estratégia de autoproteção e aceitação que infelizmente contribui com a reprodução do racismo. Por exemplo, Santos (2018) observou que muitas professoras não se autodeclaram negras mesmo tendo pele escura, para a autora, esse posicionamento, assim como o alisamento dos cabelos e ausência da inclusão de temáticas étnico-raciais em sala de aula fortalecem o mito da democracia racial, pois:

[...] percebemos que, o não compartilhamento de experiências acadêmicas que tratam de aspectos étnico-raciais revela, implicitamente, um código de conduta, no qual se estabelece um acordo mútuo para que não sejam abordadas questões, que remetam ao racismo e sexismo existentes no ambiente acadêmico. Contudo, é possível verificar que, o espaço acadêmico, ainda, é excludente e responsável pela marginalização dos sujeitos que não se enquadram no discurso dominante (Santos, 2018, p.83).

Um reflexo disso é que, mesmo com a negação do pertencimento racial, as professoras entrevistadas por Santos (2018) reconhecem a ausência ou pouca participação de pessoas negras em seu processo formativo, tanto entre colegas de estudos quanto em relação ao corpo docente.

A postura dessas professoras demonstra a importância da Educação das Relações Étnico-raciais no processo educativo, pois o racismo no Brasil é um processo contínuo e violento em todas as suas etapas, e a internalização dos ideais de branquitude aniquilam as possibilidades de (re)existências. Por isso, a partir daqui ressaltamos as professoras negras e suas trajetórias formativas e formadoras, destacando as suas capacidades de agência afrocêntricas, ou seja, de pessoas conscientemente, despertas e dispostas a enfrentar as forças coloniais que as oprimem, sobretudo o racismo.

De forma geral, podemos agrupar as estratégias de enfrentamento e resistência em três eixos principais: produção acadêmico-científica como validação de intelectualidade; busca por inovação teórico-metodológica anti-hegemônica; e fortalecimento de estudos com temáticas étnico-raciais e de gênero.

A qualificação acadêmico-profissional foi uma das formas de resistência mais apontada nas pesquisas (Silva, 2017; Soares, 2020; Santos, 2022; Rodrigues, 2022; Ferreira, 2023) mas algumas reflexões precisam ser feitas. A validação da qualificação acadêmico-profissional parte de uma perspectiva científica predominantemente branca, masculino e eurocêntrica, assim entendemos que as exigências estabelecidas para obtenção de títulos e de cargos, ainda

que sejam uma exigência da carreira docente, funciona como ferramenta de opressão e de manutenção de lugares. Por outro lado, o volume de produções e participações em atividades acadêmicas e científicas são importantes para ascensão na carreira e para a concessão de financiamento de pesquisas.

Nesse sentido, Euclides (2017), identificou que nos eixos de pesquisa e extensão, as docentes negras têm se destacado sobretudo nas atividades de extensão, e acredita que:

[...] este vínculo está relacionado de forma direta a atuação política e decisiva das professoras com relação à uma proximidade concreta junto a comunidade externa a universidade, por meio da realização de intervenções, realização de eventos, oferecimento de cursos e oficinas respectivamente ligadas ao combate ao racismo, à intolerância, ao preconceito e à discriminação (Euclides, 2017, p.140).

A produtividade científica e acadêmica das professoras negras tem se destacado pela ainda pelo compromisso com a educação emancipatória e antirracista com o uso de inovações teórico-metodológica contra-hegemônica que rompem com epistemologias e metodologias hegemônicas. Embora Ferreira (2023) ressalte que há docentes que trilhem caminhos diferentes em suas pesquisas, na maioria dos casos analisados foi praticamente impossível não associar a produção e atuação acadêmica das docentes de suas identificações étnico-raciais e experiências pessoais, a escrevivência (“escrever, viver, escrever-se vendo e escrever vendo-se” (Evaristo, NP, 2019)) demarca trajetória de resistência dessas mulheres. Santos (2022) nomeia esse fenômeno de “Pedagogia Feminista Negra” que é fortemente influenciado pelo feminismo negro acadêmico. Esse engajamento está presente nas temáticas relacionadas às questões étnico-raciais e de identidade gênero que Paula (2020) denomina como “impedância pedagógica” que ele define como um:

[...] fenômeno coletivo em que estudantes e profissionais da educação unem esforços para a realização de projetos e práticas pedagógicas antirracistas, mesmo diante de adversidades encontradas em espaços escolares marcados pela reprodução das desigualdades. (Paula, 2020, p.93)

Essas estratégias foram discutidas de forma mais demarcada nas pesquisas de Euclides (2017); Paula, 2020 e Santos, 2022. Elas são caracterizadas em ações pedagógicas dotadas de intencionalidade que buscam a valorização do uso de saberes locais na academia; busca por abordagens epistemológicas (como por exemplo a Afrocentricidade) que colocam corpos, antes marginalizados, como sujeitos de conhecimentos, destacando a produção e análise de dados com recorte de raça e gênero.

Neste sentido, os grupos de estudos, núcleos de pesquisa e cursos com temáticas antirracistas também aparecem como forma de resistência ao possibilitarem uma formação complementar pautado na desconstrução de paradigmas hegemônicos, contribuindo para o aprimoramento da consciência crítica dos discentes criando aquilombamentos que, como dizia Abdias Nascimento (2009), funcionam como redes de compartilhamentos de conhecimento e acolhimento de saberes marginalizados pelo ambiente acadêmico tradicional. Ferreira (2023) destaca o curso UNIAFRO (Curso de aperfeiçoamento Política de

Promoção da Igualdade Racial na Escola) criado pela professora Gládis Kaercher como um dos precursores na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Na pesquisa de Santos, J. (2022) esses grupos funcionam ainda como forma de pressionar as universidades a discutirem e implementarem ações antirracistas e de reparação históricas.

Considerações finais

Esta pesquisa analisou a produção de imagens emancipatórias e afrocentradas, no contexto das representações de mulheres negras, como estratégias de (re)existências às imagens de controle, tendo em vista, dentre outros fenômenos sociais, os seus efeitos nas vivências de docentes universitárias negras. Para isso, utilizamos como base teórica, o conceito de imagens de controle (Collins, 2019) e de representação (Hall, 2016) para analisar as produções acadêmicas direcionadas às trajetórias de professoras universitárias negras disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES no período de 2017 a 2023.

A ordem patriarcal, racista, sexista e classista, que permeia a sociedade brasileira, também encontra eco em suas instituições, desta forma, mesmo depois da inserção de algumas políticas públicas reparadoras, o meio acadêmico permanece sendo um lugar de reprodução dos padrões hegemônicos de política, epistemologias e estéticas brancas, impondo obstáculos às docentes/pesquisadoras negras.

Nesse contexto, o sistema de opressões e binarismo a que estamos imersos constrói diversas formas de manutenção do privilégio do homem branco e da destruição de tudo o que é classificado como diferente dele. Nessa dinâmica racial e de gênero as mulheres negras ocupam o extremo oposto do polo de privilégio por não serem homens e nem brancas e recai sobre elas a interseccionalidade de vários tipos de opressão, dentre eles o racismo e o sexismo. As imagens de controle são ferramentas que servem ao projeto de construção de um imaginário social que tenta encarcerar essas mulheres em posições de subalternidade, por isso é essencial buscar formas de visibilizar conquistas exitosas presentes nas trajetórias de mulheres negras que confrontam as ideologias racistas, tensionam o campo acadêmico e fazem cair por terra imagens de controle criadas em contextos coloniais de violência e opressão.

É nessa perspectiva que nos propomos a provocar algumas reflexões para as estratégias de (re)existência de docentes universitárias negras, destacando os seus protagonismos e colocando-as como potências emancipadoras capazes de “perturbar a academia”. Em sua maioria, cientes do impacto de sua representatividade em um lugar de privilégio, essas docentes têm se empenhado em estratégias que envolvem: intensa produção acadêmica e científica; uso de epistemologias e metodologias dissidentes com as abordagens científicas hegemônicas; a criação e expansão de reflexões sobre a temática étnico-racial e de gênero (em grupos de estudos, eventos, etc.) na educação superior, o que vêm contribuindo para o processo de reestruturação de saberes e corpos negros nesse espaço.

Por fim, ressaltamos que as trajetórias acadêmicas dessas professoras têm contribuído na criação de espaços que funcionam como aquilombamentos acadêmicos, cujas ações fortalecem os diálogos e a luta por políticas públicas para o enfrentamento das desigualdades étnico-raciais e de gênero dentro e fora do ensino superior.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Ana Carla de Melo. **Nós, VOZ, elas: Mulheres professoras narrando suas vivências de desigualdade de gênero e raça no curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão - UFMA**. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, p. 149. 2022.

BATISTA JUNIOR, Ovidio da Conceição. **Análise do discurso dos professores negros da UEMS**. Dissertação (Mestrado em Letras) Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, p. 123. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2022: sinopse estatística da educação superior 2022**. Brasília, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>>. Acesso em: 27 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Federal nº 12.990, de 9 de junho de 2014**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112990.htm. Acesso em: 9 nov. 2023.

BUENO, Winnie de Campos. **Processos de resistência e construção de subjetividades no pensamento feminista negro: uma possibilidade de leitura da obra Black Feminist Thought: knowledge, Consciousness, and the politics of Empowerment (2009) a partir do conceito de imagem de controle**. 2019. 169 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2019.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do emponderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. CAPES. **Catálogo de teses e dissertações**. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>>. Acesso em: 14 out. 2023.

DEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico. **Boletim especial de março Dia da Mulher: as dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho**. 2023. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2023

EUCLIDES, Maria Simone. **Mulheres negras, doutoras, teóricas e professoras universitárias: desafios e conquistas**. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do CEARÁ. Fortaleza, p. 254. 2017.

EVARISTO, Conceição. Esse lugar também é nosso. [Entrevista concedida a Ana Paula Acauan]. **Revista PUCRS**, nº 191, jul./set., 2019. Disponível em: <<https://www.pucrs.br/revista/esse-lugar-tambem-so/#:~:text=Como%20surgiu%20o%20termo%20escriviv%C3%A4ncia,tarde%20comecei%20a%20usar%20escriviv%C3%A4ncia>>. Acesso em: 05 set. 2023

FERREIRA, José Adriano Custódio. **Percursos dentro da história: uma análise dos itinerários de quatro professor(a)s negros no ensino superior/RS (1983 – 2023)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, p.113. 2023.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** (RBP AE), Goiânia, v.27, n.1, p. 109-121, jan./abr. 2011

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Tradução de Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.260 p.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatística de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 12p. IBGE: Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf>. Acesso em: 16 set. 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais por cor ou raça e grupo de idade**. 2022. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7125#resultado>>. Acesso em: 16 set. 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MACHADO, Raimunda Nonata da Silva; ALMEIDA, Ana Carla de Melo. Mulheres no mercado de trabalho do magistério superior. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 39, n. 2, p. 01-22, abr./jun. 2021.

NASCIMENTO, Abdias. Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico-cultural da população afro-brasileira. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

OLIVEIRA, Carlos Adriano da Silva. **Inscrições corporais negras e universidade: produção de sentidos e docência no Centro de Formação de Professores da UFRB - Amargosa-BA**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia. Amargosa, p. 225. 2022.

PAULA, Bruno Henrique de. **Outros saberes, outra docência: professores(as) negros(as) e a emergência da impedância pedagógica no contexto das ações afirmativas**. Dissertação

(Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 102. 2020.

PEREIRA, Camila Santos. **Vozes que importam: mulheres negras na docência universitária.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 142. 2022.

REAL, Luara Rodrigues. **Professoras universitárias negras de língua inglesa do Brasil e o letramento racial crítico: práticas subversivas em narrativas autobiográficas.** Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, p. 131. 2022.

RODRIGUES, Elida Regina Nobre. **Professoras Negras e suas Autorias: Um Estudo sobre a Produção Acadêmica de Doutoradas Negras Atuantes em Universidades Públicas do Sul do Rio Grande do Sul.** Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 170. 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, Gyne Gessyka Pereira dos. **Trajetórias acadêmicas de docentes negras da Universidade Federal Fluminense.** Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense. Niterói, p. 126. 2022.

SANTOS, João José dos. **Relações étnico-raciais na Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC: trajetórias e ações docentes.** Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação, Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus, p. 165. 2022.

SANTOS, Patrícia Fernanda Heliodoro dos. **Racismo e sexismo: mulheres na docência do ensino superior em Montes Claros (1998 – 2015).** Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, p. 102. 2018.

SANTOS, Wellington Pereira. **Feminismo negro acadêmico: resistência e práticas insurgentes nas trajetórias de professoras negras universitárias.** Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia. Salvador, p. 208. 2022.

SILVA, Erika Costa. **Trajetória profissional de mulheres negras docentes na Universidade de Brasília (UnB).** Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília. Brasília, p. 101. 2019.

SILVA, Marisleila Julia. **Vivências e Experiências de Professores/as Negros/as no Ensino Superior**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Linguagem e Tecnologias, Universidade Estadual de Goiás. Anápolis, p. 135. 2018.

SILVEIRA, Taina Melo. **Docências negras no ensino superior: o caso da Universidade Federal de Pelotas**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, p. 100, 2020.

SOARES, Cristiane Barbosa. **Interseccionalidade de gênero e raça na docência do ensino superior: representatividade, visibilidade e resistência**. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciência, Universidade Federal do Pampa. Uruguaiana, p. 114. 2020.

SOUSA, Micheline Fernandes de Lima. **Minha professora é “Black”! O corpo como suporte no processo de construção identitária nas experiências formativas de professoras do ensino superior**. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) - Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do estado da Bahia. Salvador, p. 154. 2019.

ROMÃO, J. **História da Educação do Negro e outras histórias/Organização**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, 2005.